



2B Capital S.A.

CNPJ 07.063.675/0001-29
Sede: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064 - Edifício Faria Lima Tower - 5º Andar - Jardim Paulistano - São Paulo - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da 2B Capital S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações com a aporte em dinheiro no montante de R\$ 205.000 mil elevando-o capital de R\$ 19.167 mil para um capital no montante R\$ 224.167 mil

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Prejuízo de R\$ 2.916 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 209.308 mil e Ativos Totais de R\$ 210.865.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2017	2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
ATIVO			2017	2016
CIRCULANTE	14.100	4.207	CIRCULANTE	
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	12.487	2.853	Saldos a Pagar.....	1.557
Taxa Administração a Receber (Nota 7).....	802	449	Impostos, Encargos e Contribuições a Recolher (Nota 16f).....	280
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 8).....	799	799	Investimentos - Participação Exterior (Nota 9).....	326
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e).....	-	78	Outras Obrigações.....	881
Despesas Antecipadas.....	7	28		70
Outros Créditos.....	5	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	209.308
NÃO CIRCULANTE	196.765	4.895	Capital Social.....	7.511
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	196.762	4.890	- De Domiciliados no País (Nota 10).....	224.167
Ativos Disponíveis para Venda (Nota 6).....	190.182	-	Reservas de Lucros.....	19.167
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e).....	81	38	- Prejuízos Acumulados.....	(14.572)
Créditos Tributários (Notas 16c e 16d).....	6.499	4.852	Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	(287)
IMOBILIZADO	3	5		
Imobilizações de Uso.....	12	12	TOTAL	210.865
Depreciação Acumulada.....	(9)	(7)		9.102
TOTAL	210.865	9.102		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2017	2016		2017	2016	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial - próprias	Lucros (prejuízos) acumulados	Totais
RECEITAS OPERACIONAIS	3.210	2.953	Saldos em 31.12.2015	14.167	-	-	(9.261)	-	4.906
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 7).....	2.963	2.644	Aumento de Capital (Nota 10a).....	5.000	-	-	-	5.000	5.000
Variação Cambial Positiva (Nota 9).....	62	309	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício.....	-	-	-	(2.395)	(2.395)	(2.395)
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9).....	185	-	Saldos em 31.12.2016	19.167	-	205.000	(287)	-	205.000
DESPESAS OPERACIONAIS	(8.517)	(6.904)	Aumento de Capital (Nota 10a).....	-	-	-	(287)	-	(287)
Despesas de Pessoal (Nota 13).....	(6.706)	(5.982)	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício.....	-	-	-	(2.916)	(2.916)	(2.916)
Despesas Tributárias (Nota 12).....	(399)	(348)	Saldos em 31.12.2017	224.167	(287)	(14.572)	-	209.308	
Despesa com Serviço de Terceiros (Nota 14).....	(994)	(333)							
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14).....	(294)	(91)							
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9).....	(22)	(43)							
Despesas de Variação Cambial Negativa (Nota 9).....	(200)	(105)							
Despesa de Baixa de Imobilizado.....	(2)	(2)							
RESULTADOS FINANCEIROS	990	446							
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11).....	990	446							
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(4.417)	(3.505)							
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	1.501	1.110							
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(2.916)	(2.395)							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2017	2016	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			2017	2016
(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(4.417)	(3.505)	Prejuízo do Exercício	(2.916)
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos.....	(31)	(168)	Outros Resultados Abrangentes.....	(287)
Depreciações.....	2	3	Total do Resultado Abrangente do Exercício	(3.203)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(25)	(161)		
Juros Ativos.....	(8)	(10)		
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado	(4.448)	(3.673)		
(Aumento/Redução) de Ativos Financeiros.....	(615)	(412)		
(Aumento/Redução) de Outros Ativos.....	(376)	412		
Aumento/(Redução) de Passivos.....	73	237		
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(5.366)	(3.024)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Aquisição de Ativos Financeiros Disponível para Venda.....	(190.000)	-		
Baixa do Imobilizado.....	-	2		
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(190.000)	2		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Aumento de Capital.....	205.000	5.000		
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	205.000	5.000		
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.634	1.978		
Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Exercício.....	2.853	875		
Caixa e Equivalente de Caixa - Fim do Exercício.....	12.487	2.853		
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.634	1.978		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A 2B Capital S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração de recursos de terceiros, compra e venda de títulos e valores mobiliários, prestação de serviços de consultoria e assessoria em operações e atividades correlatas aos mercados financeiro e de capitais e a participação em outras sociedades, como sócia, cotista ou acionista. A 2B Capital S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 31 de janeiro de 2018.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2017. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizáveis na sua gestão.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustados para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC e IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimento, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos Financeiros

Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos, que não são classificados para negociação, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.6) Imobilizado

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens.

2.7) Investimento em controlada

É classificado como controlada a entidade pela qual a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possui, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a porcentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%.

A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.

Os dividendos recebidos de investimentos investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

b) A composição dos Investimento está demonstrada a seguir:

Empresa	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
				ON	PN		2017	2016	2017	2016
2B Capital Luxemburgo General Partner S.A.R.L.	181	(881)	25	125	-	100,00	(881)	(906)	25	161
Total							(881)	(906)	25	161

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ordinárias.....	60.013.820.257	1.735.326.943
Total	60.013.820.257	1.735.326.943

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2016, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 5.000 elevando o de R\$ 14.167 para R\$ 19.167, como emissão de 893.544.215 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de fevereiro de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 5.000 elevando o de R\$ 19.167 para R\$ 24.167, como emissão de 1.177.784.528 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2017, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 200.000, elevando o de R\$ 24.167 para R\$ 224.167, como emissão de 57.100.708 novas ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Dividendos

Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo no mínimo 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Rendimento em letras financeiras.....	616	-
Rendimento de aplicações em fundos de investimento financeiros.....	367	435
Juros ativos.....	8	11
Despesas financeiras.....	(1)	-
Total	990	446

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Contribuição à COFINS.....	265	219
Impostos e taxas.....	79	83
Contribuição ao PIS.....	55	46
Total	399	348

13) DESPESA DE PESSOAL

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Proventos e gratificações.....	2.375	2.429
Encargos sociais.....	1.658	1.464
Despesa de benefícios.....	2.673	2.089
Total	6.706	5.982

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Despesa com transportes.....	28	41
Despesa com viagens.....	5	3
Despesa de serviços de terceiros.....	994	-
Outros.....	7	8
Despesa de associações de classe.....	48	22
Despesa com alimentação.....	21	15
Despesa com patrocínio.....	18	-
Despesas de seguros.....	167	-
Total	1.288	91

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2017		2016	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Ativos:				
Banco Bradesco S.A.....	22	-	6	-
Letras financeiras.....	190.616	616	-	-

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	(4.417)	(3.505)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes.....	1.502	1.192
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	8	54
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	(9)	(7)
Outros valores.....	-	(129)
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	1.501	1.110

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	-	-
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	1	23
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social.....	397	217
Prejuízo fiscal.....	1.103	870
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.501	1.110

c) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2016	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2017
Provisão publicação.....	23	24	23	24
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.....	4.829	1.499	-	6.328
Subtotal dos créditos tributários				

...continuação



2B Capital S.A.

CNPJ 07.063.675/0001-29
Sede: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064 - Edifício Faria Lima Tower - 5º Andar - Jardim Paulistano - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

f) Impostos e contribuições a recolher:
Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 326 (2016 - R\$ 173), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 78 (2016 - R\$ 81), ISS de R\$ 6 (2016 - R\$ 3), Contribuição Social de R\$ 74 (2016 - R\$ 73) e Cofins/PIS de R\$ 58 (2016 - R\$ 16).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016;

b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes;

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017; e

d) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente

no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/ indiretos avaliados no modelo do CPC 48.

CPC 47 - Recitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terá impactos.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata - Contador - CRC SP 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da

2B Capital S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da 2B Capital ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 2B Capital S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração, e concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

Osasco, 26 de abril de 2018
André Dala Pola
CRC 1SP214007/O-2

19,5 MILHÕES DE INVESTIDORES DE OLHO NOS NÚMEROS DA SUA EMPRESA

Para os investidores, seu Balanço Anual prospecta novos negócios. Para a sociedade, mostra em quem confiar. Na hora de publicar, alie a credibilidade do maior jornal de economia do país, o Valor Econômico, a mais de 90 anos de história de O Globo.

Fonte: leitores impresso Kantar Ibope Media Target Group Index BR TG 2017 II (2016 2s + 2017 1s) v10 - Pessoas, leitores impresso 7 dias, jornal e 30 dias versão lido via Midia Online, com projeção Brasil base W.C. Leitores Digital comScore Inc., MMX Multi-Platform, Desktop 6+ Mobile 18+ Home & Work, dezembro/17, Brasil | Total Leitores = Somatório digital + impresso com sobreposição de leitores.

O GLOBO | Valor

EFICIÊNCIA E VISIBILIDADE, AGORA EM DOSE DUPLA

ANUNCIE: 11 3767.7043 | 21 3521.1417 | 61 3717.3333

valor.com.br/comunicacaocominvestidores



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da 2B Capital S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia deliberou durante o exercício, aumentar o Capital Social com emissão de novas ações com o aporte em dinheiro no montante de R\$ 205.000 mil elevando-o capital de R\$ 19.167 mil para um capital no montante R\$ 224.167 mil

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou Prejuízo de R\$ 2.916 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 209.308 mil e Ativos Totais de R\$ 210.865.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
	2017	2016	2017	2016
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	14.100	4.207	CIRCULANTE	1.557
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	12.487	2.853	Salários a Pagar	230
Taxa Administração a Receber (Nota 7)	802	449	Impostos, Encargos e Contribuições a Recolher (Nota 16f)	326
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (Nota 8)	799	799	Investimentos - Participação Exterior (Nota 9)	881
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	-	78	Outras Obrigações	70
Despesas Antecipadas	7	28		
Outros Créditos	5	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	209.308
NÃO CIRCULANTE	196.765	4.895	Capital Social	224.167
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	196.762	4.890	- De Domiciliados no País (Nota 10)	19.167
Ativos Disponíveis para Venda (Nota 6)	190.182	-	Reservas de Lucros	-
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 16e)	81	38	- Prejuízos Acumulados	(14.572)
Créditos Tributários (Notas 16c e 16d)	6.499	4.852	Ajuste de Avaliação Patrimonial	(287)
IMOBILIZADO	3	5		
Imobilizações de Uso	12	12	TOTAL	210.865
Depreciação Acumulada	(9)	(7)		
TOTAL	210.865	9.102	TOTAL	210.865

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais Mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2017	2016				
RECEITAS OPERACIONAIS	3.210	2.953				
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 7)	2.963	2.644				
Variação Cambial Positiva (Nota 9)	62	309				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	185	-				
DESPESAS OPERACIONAIS	(8.617)	(6.904)				
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(5.982)	(5.982)				
Despesas Tributárias (Nota 12)	(399)	(348)				
Despesa com Serviço de Terceiros (Nota 14)	(994)	(333)				
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(294)	(91)				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(22)	(42)				
Despesas de Variação Cambial Negativa (Nota 9)	(200)	(105)				
Despesa de Baixa de Imobilizado	(2)	(2)				
RESULTADOS FINANCEIROS	990	446				
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	990	446				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(4.417)	(3.505)				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	1.501	1.110				
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(2.916)	(2.395)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2017	2016				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:						
(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.417)	(3.505)				
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos	(31)	(168)				
Depreciações	2	5				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(25)	(161)				
Juros Ativos	(8)	(10)				
Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado	(4.448)	(3.673)				
(Aumento)/Redução de Ativos Financeiros	(615)	-				
(Aumento)/Redução de Outros Ativos	(376)	412				
Aumento/(Redução) de Passivos	73	237				
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(5.366)	(3.024)				
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:						
Aquisição de Ativos Financeiros Disponível para Venda	(190.000)	-				
Baixa do Imobilizado	-	2				
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(190.000)	2				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:						
Aumento de Capital	205.000	5.000				
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	205.000	5.000				
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.634	1.978				
Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Exercício	2.853	875				
Caixa e Equivalente de Caixa - Fim do Exercício	12.487	2.853				
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.634	1.978				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais Mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2017	2016				
RECEITAS OPERACIONAIS	3.210	2.953				
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 7)	2.963	2.644				
Variação Cambial Positiva (Nota 9)	62	309				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	185	-				
DESPESAS OPERACIONAIS	(8.617)	(6.904)				
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(5.982)	(5.982)				
Despesas Tributárias (Nota 12)	(399)	(348)				
Despesa com Serviço de Terceiros (Nota 14)	(994)	(333)				
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(294)	(91)				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(22)	(42)				
Despesas de Variação Cambial Negativa (Nota 9)	(200)	(105)				
Despesa de Baixa de Imobilizado	(2)	(2)				
RESULTADOS FINANCEIROS	990	446				
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	990	446				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(4.417)	(3.505)				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	1.501	1.110				
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(2.916)	(2.395)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2017	2016				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:						
(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.417)	(3.505)				
Ajustes ao Prejuízo Líquido antes dos Impostos	(31)	(168)				
Depreciações	2	5				
Resultado de Equivalência Patrimonial	(25)	(161)				
Juros Ativos	(8)	(10)				
Lucro Líquido/(Prejuízo) Ajustado	(4.448)	(3.673)				
(Aumento)/Redução de Ativos Financeiros	(615)	-				
(Aumento)/Redução de Outros Ativos	(376)	412				
Aumento/(Redução) de Passivos	73	237				
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	(5.366)	(3.024)				
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:						
Aquisição de Ativos Financeiros Disponível para Venda	(190.000)	-				
Baixa do Imobilizado	-	2				
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Investimentos	(190.000)	2				
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:						
Aumento de Capital	205.000	5.000				
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	205.000	5.000				
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.634	1.978				
Caixa e Equivalente de Caixa - Início do Exercício	2.853	875				
Caixa e Equivalente de Caixa - Fim do Exercício	12.487	2.853				
Aumento/(Redução) Líquido, de Caixa e Equivalentes de Caixa	9.634	1.978				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2017	2016				
RECEITAS OPERACIONAIS	3.210	2.953				
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 7)	2.963	2.644				
Variação Cambial Positiva (Nota 9)	62	309				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	185	-				
DESPESAS OPERACIONAIS	(8.617)	(6.904)				
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(5.982)	(5.982)				
Despesas Tributárias (Nota 12)	(399)	(348)				
Despesa com Serviço de Terceiros (Nota 14)	(994)	(333)				
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(294)	(91)				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(22)	(42)				
Despesas de Variação Cambial Negativa (Nota 9)	(200)	(105)				
Despesa de Baixa de Imobilizado	(2)	(2)				
RESULTADOS FINANCEIROS	990	446				
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	990	446				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(4.417)	(3.505)				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	1.501	1.110				
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(2.916)	(2.395)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2017	2016				
RECEITAS OPERACIONAIS	3.210	2.953				
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 7)	2.963	2.644				
Variação Cambial Positiva (Nota 9)	62	309				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	185	-				
DESPESAS OPERACIONAIS	(8.617)	(6.904)				
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(5.982)	(5.982)				
Despesas Tributárias (Nota 12)	(399)	(348)				
Despesa com Serviço de Terceiros (Nota 14)	(994)	(333)				
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(294)	(91)				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(22)	(42)				
Despesas de Variação Cambial Negativa (Nota 9)	(200)	(105)				
Despesa de Baixa de Imobilizado	(2)	(2)				
RESULTADOS FINANCEIROS	990	446				
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	990	446				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(4.417)	(3.505)				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	1.501	1.110				
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(2.916)	(2.395)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			
	2017	2016				
RECEITAS OPERACIONAIS	3.210	2.953				
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 7)	2.963	2.644				
Variação Cambial Positiva (Nota 9)	62	309				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	185	-				
DESPESAS OPERACIONAIS	(8.617)	(6.904)				
Despesas de Pessoal (Nota 13)	(5.982)	(5.982)				
Despesas Tributárias (Nota 12)	(399)	(348)				
Despesa com Serviço de Terceiros (Nota 14)	(994)	(333)				
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	(294)	(91)				
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	(22)	(42)				
Despesas de Variação Cambial Negativa (Nota 9)	(200)	(105)				
Despesa de Baixa de Imobilizado	(2)	(2)				
RESULTADOS FINANCEIROS	990	446				
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11)	990	446				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	(4.417)	(3.505)				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 16a)	1.501	1.110				
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(2.916)	(2.395)				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE			
---	--	--	---	--	--	--

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

13) DESPESA DE PESSOAL

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Proventos e gratificações	2.375	2.429
Encargos sociais	1.658	1.464
Despesa de benefícios	2.673	2.089
Total	6.706	5.982

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Despesa com transportes	28	41
Despesa com viagens	5	3
Despesa de serviços de terceiros	994	7
Outros	7	8
Despesa de associações de classe	48	22
Despesa com alimentação	21	15
Despesa com patrocínio	18	-
Despesas de seguros	167	-
Total	1.288	91

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Ativos:		
Banco Bradesco S.A.	22	6
Letras financeiras	190.616	616

16) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	(4.417)	(3.505)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.502	1.192
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas	8	54
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(9)	(7)
Outros valores	-	(129)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.501	1.110

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2017	2016
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	-	-
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	1	23
Constituição no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	397	217
Prejuízo fiscal	1.103	870
Imposto de renda e contribuição social do exercício	1.501	1.110

c) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em		Em 31 de dezembro	
	31.12.2016	31.12.2017	Constituição	Realização
Provisão publicação	23	24	23	24
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	4.829	1.499	-	6.328
Subtotal dos créditos tributários	4.852	1.523	23	6.352
Ajuste de valor a mercado dos títulos disponíveis para venda	-	147	-	147
Total dos créditos tributários	4.852	1.670	23	6.499

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal		Base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2018	3	1	-	-	-	-	4
2019	6	2	4.491	-	1.773	-	6.272
2020	6	2	-	-	64	-	72
2021	3	1	-	-	-	-	4
Total	18	6	4.491	-	1.837	-	6.352

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

e) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 81 (2016 - R\$ 78) refere-se a imposto de renda de aplicações financeiras e impostos de renda e contribuição social de exercícios anteriores.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 326 (2016 - R\$ 173), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 78 (2016 - R\$ 81), ISS de R\$ 6 (2016 - R\$ 3), Contribuição Social de R\$ 74 (2016 - R\$ 73) e Cofins/PIS de R\$ 58 (2016 - R\$ 16).

17) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016; b) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes;

c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017; e

d) CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9): Reconhecimento e Mensuração - as principais mudanças do CPC 48 em relação ao CPC 38 são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em três classificações: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado; (iii) as categorias constantes no CPC 38, tais como a de negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos deste novo CPC.

O CPC 48 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018, na avaliação da Companhia não teremos reclassificações decorrentes da adoção do CPC 48. A Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável (impairment) não terão reflexos relevantes para os ativos e investimentos diretos/indiretos avaliados no modelo do CPC 48.

CPC 47 - Recitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) - requer que o reconhecimento da receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. O CPC 47 substitui o CPC 30 e o CPC 17, bem como interpretações relacionadas, anexa ao CPC 30, ICPC 02 e ICPC 11. O CPC 47 será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018 e na avaliação da Companhia não terá impactos.

A DIRETORIA

Antonio Marcos Sapata - Contador - CRC SP 1SP212776/O-9

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretores da

2B Capital S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da 2B Capital ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da 2B Capital S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 26 de abril de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

André Dala Pola
CRC 1SP214007/O-2

Transparência na gestão financeira das empresas e democratização das informações

Tudo o que você quiser saber sobre os balanços das empresas, você encontra gratuitamente no site.

Portal do Governo | Cidadão.SP | Investe SP | Destaques

Página Inicial | Sobre a Imprensa Oficial | Minha Conta | Central de Atendimento | Fale Conosco | Ouvidoria | Transparência | SIC | Portal RH | Twitter | Facebook

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Entrar | Cadastre-se

Diário Oficial | Certificação Digital | Livraria | Gráfica

Serviços da Imprensa Oficial

Diário Oficial

busca por palavra desde maio de 1891

busca por edição desde maio de 1891

03/01/2018

Empresarial

Para ler o D.O. você precisa do leitor de PDF [Instalar](#)

Diário Oficial
Emergência do HCRP humaniza atendimento com voluntários

IPVA
Valores Venais 2018

Notificação IPVA
FINAL DE PLACA
8

ARTIGO 115
Cargos, Empregos Públicos e Funções-Atividades da Administração

CONSTITUIÇÕES
Brasil / São Paulo

www.imprensaoficial.com.br

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ZBCAPITAL S.A.	8
ANDORRA HOLDINGS S.A.	10
BV EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.	2
COLUMBUS HOLDINGS SA	12
CIÁ SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCIEROS RUBI	6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 128 • Número 78
São Paulo, sexta-feira, 27 de abril de 2018

Página 9

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO